



As transparências enganam ★

Juan Alonso Aldama*

Tradução de Cecília Maculan Adum**

Resumo: A desconfiança ameaça o discurso e a ação políticos. Porém, apenas a linguagem e, portanto, as “aparências” podem nos dizer a verdade, pois só conhecemos o mundo através delas. Não há outro acesso possível à realidade e à verdade, social ou natural, além daquilo que o mundo, natural ou construído, oferece à percepção de nossos sentidos e sobre o qual construímos seu próprio “sentido”. Diante da persistente desconfiança das aparências e, portanto, da linguagem – uma suspeita semiótica baseada na ideia de que a linguagem nada mais é do que um véu cuja função não é dizer ou fazer conhecer o mundo, mas sim ser um filtro (quase um feitiço) que nos impede de “sentir” a realidade exata das coisas e defender uma palavra política “transparente” e “imediate” – este artigo se propõe a analisar os conflitos enunciativos da construção do discurso político como “mediação” semiótica.

Palavras-chave: Transparência; Aparência; Verdade; Discurso Político; Semiótica.

O título deste artigo, “As transparências enganam”, deveria ter, como seu lógico corolário, um subtítulo que poderia ser algo como “Confiamos nas aparências”.

Diante da desconfiança que parece atingir toda a comunicação pública, seria necessário pontuar que somente as “aparências” podem nos dizer a verdade, porque são as únicas através das quais é possível alcançar aquela parte de verdade sobre o mundo que estamos em condição de conhecer. Não há, de fato, nenhum outro possível acesso à realidade e à verdade, sociais ou naturais que sejam, a não ser o acesso que o mundo, natural ou construído, oferece à percepção dos nossos sentidos e sobre o qual construímos, então, o seu próprio “sentido”.

Existe, desde sempre, na história das ideias, uma desconfiança filosófica tenaz em relação às aparências, um antigo desconforto em relação à linguagem, considerada a responsável por todas as armadilhas, os enganos e as deformações. Essa suspeita semiótica se baseia na ideia de que a linguagem não seja nada além de um véu, cuja função não é aquela de dizer ou fazer com que se conheça o mundo,

DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.160195

* Título e referência originais: “Le trasparenze ingannano”. In: Albergamo, Maria (a cura di). *La trasparenza inganna*. Milano, Italia: Luca Sosella Editore, 2016.

* Docente da Universidade de Paris Descartes (Paris V), França. Endereço para correspondência: {juan.alonso@parisdescartes.fr}. ORCID iD: {<https://orcid.org/0000-0002-1477-1856>}

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Endereço para correspondência: {cicadam@hotmail.com}. ORCID iD: {<https://orcid.org/0000-0002-4091-9690>}

mas, realmente, aquela de ser um filtro (quase no sentido de um encantamento) que nos impede de “tatear” a exata realidade das coisas, que deforma o mundo visível sem desvelar o ser das coisas, que não faz nada além de nos confundir e nos enganar.

A partir dessas suspeitas e desconfiças, nasce o mito da transparência ou, melhor dizendo, o mito de um tempo passado em que vigorava uma comunhão ideal entre homens e entre esses e o mundo, o mito de uma idade de ouro onde as aparências coincidiam com a realidade, onde homens e coisas eram transparentes e onde a linguagem fiel e mimética, se é que tenha existido, não tinha outra função que não fosse a de reproduzir fielmente o mundo.

Para Jean-Jacques Rousseau, o conflito entre aparência e essência se manifesta como perda da inocência, do equilíbrio entre a linguagem e o mundo, em que aquela não é mais do que um espelho que reflete este. A partir de então, a aparência será uma “maldição”, nas palavras de Rousseau. As aparências geram uma cisão entre o homem, a sua consciência e o mundo, e, a partir dessa perda, tudo será confuso e obscuro, e o regime cognitivo será sempre aquele da incerteza; de agora em diante, com a tomada de consciência de tal ruptura, qualquer verdadeiro conhecimento sobre os outros seres humanos e sobre as coisas será impossível: “jamais poderemos saber com quem estamos entrando em contato”, dirá Rousseau. A partir de tal posição filosófica sobre o estatuto do conhecimento e da linguagem, nascerá uma nostalgia infinita por aquele suposto paraíso perdido, aquele paraíso social e humano onde nada “perturbava a evidência das almas”.

Desde o início, a ideia das aparências enganosas foi correlacionada à linguagem, identificada com a linguagem entendida como artifício e imbróglio:

Antes que a arte educasse as nossas maneiras e ensinasse nossas paixões a se expressarem em uma linguagem elaborada, os nossos costumes eram rústicos, mas naturais; e a diferença dos comportamentos revelava, no primeiro olhar, a diferença dos caracteres. A natureza humana não era, no fundo, melhor, mas os homens encontravam a própria segurança na facilidade de compreender-se reciprocamente. (Rousseau, 1964 [1750], p. 8)¹

Assim, a filosofia social de Rousseau estará impregnada de uma grande desconfiança em relação a tudo aquilo que é visto como uma forma de artifício linguístico e cultural. E, como consequência, toda a argumentação e toda a teoria social de Rousseau serão uma tentativa de afastamento disso e uma constante busca pelo caminho de volta ao estado de natureza, cuja principal característica é, justamente, a transparência.

Rousseau, todavia, assim como muitos dos atuais defensores desse modo de entender a linguagem e a ação em sua dimensão pública, defende a transparência, mas, curiosamente, sem levantar o problema de como e de com quais meios seria possível atingir tal transparência. É como uma busca pelo fim, sem o meio.

A transparência exige a imediatez, e, desse ponto, deriva a difusa desconfiança em relação à linguagem, “meio”, por definição, e, por consequência, também

¹“Avant que l’art eût façonné nos manières et appris à nos passions à parler un langage apprêté, nos mœurs étaient rustiques, mais naturelles ; et la différence des procédés annonçait, au premier coup d’œil, celle des caractères. La nature humaine, au fond, n’était pas meilleure ; mais les hommes trouvaient leur sécurité dans la facilité de se pénétrer réciproquement”.

voltado para a política, espaço destinado à “mediação”. Tal qual escreve Jean Starobinski, em seu livro sobre Rousseau, “imediatez e transparência são noções correlatas no mundo físico, porque a luz é capaz de atravessar somente corpos que realizam a perfeição de imediato” (Starobinski, 1971, p. 304)².

Se, portanto, um risco do culto à transparência é, como acabamos de ver, aquele da impossível confiança na acessibilidade do ser das coisas e, conseqüentemente, da descrença absoluta em relação a qualquer palavra, um outro risco é aquele de pensar que o mundo político, social e natural se explique por si mesmo, sem a necessidade de uma linguagem; é o risco de quem pretende que o mundo se dê a compreender e a ver como pura evidência, sem a necessidade de ser explicado, como se os fatos pudessem falar sozinhos, e como se, por trás da evidência que “salta aos olhos”, não existisse uma construção semiótica.

Um exemplo concreto desse modo de considerar o mundo social nos é oferecido pela crise geral da confiança em relação à política que, no contexto da França, levou à descoberta de contas bancárias não declaradas, na Suíça, por parte do Ministro das Finanças. Após esse episódio, alguns expoentes políticos franceses quiseram demonstrar publicamente que não tinham nada a esconder e, por isso, expuseram-se “exatamente como eram”, nas palavras de um deles, pressupondo que a transparência das coisas e dos fatos fosse suficiente para reaver a confiança perdida. Desse modo, em uma espécie de convicção simplista, segundo a qual os dados brutos não podem enganar, diversos protagonistas da política decidiram divulgar seus bens, e um líder do partido de oposição fez com que publicassem, na revista *Paris Match*, uma foto sua junto à esposa e diante daquela que, de modo muito verossímil, é sua casa.

Figura 1: Deputado francês Laurent Wauquiez com sua esposa.



Fonte: *Paris Match* 14/07/2012.

²“Dans le monde physique, l’immédiateté et la transparence sont des notions corrélatives ; si la lumière peut traverser certains corps, c’est qu’ils réalisent la perfection de l’immédiat”.

Figura 2: Publicação do patrimônio dos ministros do Governo francês.

LE PATRIMOINE DES MINISTRES (PAR ORDRE PROTOCOLAIRE)

JEAN-MARC AYRAULT Premier ministre	LAURENT FABIUS Affaires étrangères	VINCENT PEILLON Education nationale	CHRISTIANE TAUBIRA Justice	PIERRE MOSCOVICI Economie et Finances	MARISOL TOURAINE Affaires sociales et Santé
Patrimoine: 1 431 585,37 €	Patrimoine: 4 042 484 €	Patrimoine: 360 344 €	Patrimoine: 4 691 467,38 €	Patrimoine: 268 214,21 €	Patrimoine: 1 050 125,29 €
Immobilier: 1 200 000 €	Immobilier: 3 895 000 €	Immobilier: 800 000 €	Immobilier: 264 107 €	Immobilier: 200 000 €	Immobilier: 1 473 000 €
Une maison individuelle à Nantes 450 000 €	Un appartement à Paris 3 750 000 €	Maison de 450 m ² acquise à Courances (Seine-et-Marne) en 2012 800 000 €	Terrains en Guyane 195 807 €	appartement de 125 m ² à Montbéliard, acheté en 1999 200 000 €	Copropriétaire de 3 appartements à Paris (19 ^e , 20 ^e et 21 ^e arrondissements) et d'une maison dans l'Hérault 1 000 000 €
Une résidence secondaire à Sarzeau (Morbihan) 450 000 €	Une maison en Haute-Normandie 405 000 €	Terrains 150 000 €	Maison en Guyane 70 000 €	Valeurs mobilières	Un appartement de 55m ² à Paris (7 ^e arr.) 200 000 €
Un garage 540 000 €	Valeurs mobilières	Assurance-vie 11 000 €	Assurance-vie Mandale Vie/pargne: 84 925,43 €	34 524,97 €	Comptes bancaires 4 565,29 €
Assurance-vie 97 418,34 €	34 240 €	Comptes bancaires	Comptes bancaires	Compte titre à la Société générale 10 000 €	Comptes bancaires 4 565,29 €
Comptes bancaires 82 753,13 €	Biens mobiliers 1384 824 €	Biens mobiliers 15 000 €	Biens mobiliers 45 214,75 €	Assurance vie Société générale 7334,07 €	Biens mobiliers 13 000 €
Comptes à la Caisse d'Epargne, à la Société Générale et la Banque Postale	Assurance-vie 516 247 €	Véhicule 10 000 €	Automobile »	Comptes bancaires 13 647,14 €	Automobile (projet de 2008, valeur d'achat) 14 000 €
Biens mobiliers 104 100 €	Comptes bancaires -34 830 €	Passif 510 451 €	Hyundai (valeur d'achat en 2008) 13 000 €	Biens mobiliers 30 000 €	Passif (prêts immobiliers restant à rembourser) 38118 €
Véhicules 16 000 €	Capital Préfourniture 333 331 €	Passif (prêt immobilier restant à rembourser) 515 500 €	3 vélos (valeur d'achat) 900 €		
Combi Volkswagen 10 000 €					
Citroën C4 10 000 €					
Passif (prêts immobiliers et à consommation restant à rembourser) 80 864,22 €					

Fonte: Libération 12/04/2013.

Para além da singularidade da imagem de um deputado com a mulher e uma casa ainda em construção, é interessante notar o exercício de identificação (ou ausência de mediação) com o cidadão médio francês que vive na periferia, em uma casa em construção e não quitada (“estamos pagando ainda o financiamento!”). O elemento digno de nota é o fato de que um político, que deveria encarnar a própria ideia de “mediação”, realize uma apologia, de massa, à *imediatez* ou ao acesso direto, em uma espécie de “ilusão referencial” (Barthes, 1968) na qual a estratégia, que consiste em esconder as marcas de enunciação, deseja fazer com que se acredite na inexistência de tais marcas.

Ambas as imagens constituem exemplos perfeitos de reificação, como se os objetos e as cifras que mostram não pudessem mentir, como se esses dados permitissem o acesso, de modo certo e tangível, à realidade, mais do que qualquer discurso.

Estamos, pois, diante de uma nova modalidade de “realismo” que, paradoxalmente, é uma forma de idealismo, um realismo semiótico que crê na existência de uma via direta, que, como no alpinismo, e através de um tipo de atalho mais conveniente e fiel, possa conduzir a não se sabe bem qual cume, verossimilmente, àquele onde se encontraria uma verdade luminosa, clara, sem os subterfúgios e os enganos típicos da linguagem. Trata-se de um perfeito exemplo daquilo que Bruno Latour (2012) denomina a “comunicação duplo click”.

Esse modo de considerar a linguagem e a representação política leva a duas

prováveis ameaças para a comunicação pública, a dois tipos de niilismo, sempre à espreita em relação à política:

- i. a primeira tem a ver com o acesso impossível à transparência perdida, e exige o desaparecimento de toda mediação, de qualquer forma de representação, visto que será sempre inexata;
- ii. a segunda concerne à aceitação da mentira inerente à linguagem e ao agir da política e que, portanto, não vê outra alternativa que não seja um infame “maquiavelismo”, feito apenas de manipulações e distorções da verdade.

No que concerne ao mito do acesso direto e da transparência, a ação e a linguagem política surgirão sempre como contorcidas, infiéis, mutantes. No momento em que a linguagem emitir um enunciado, esse será confrontado imediatamente com a “via direta”, transparente e fiel da comunicação exata. Mas, mesmo que se reconhecesse a necessidade, para a política, do agir e falar de modo estratégico, tático e comprometente, isso seria considerado o mal menor, visto que uma representação mimética é inacessível. Os enredos e os compromissos serão sempre avaliados negativamente, como manifestações de corrupção, infâmia e incoerência da política. Aceitar que a política deva sempre se medir baseada no modelo de fidelidade, no registro mimético da representação confiável e da transparência, fará com que qualquer discurso ou qualquer agir político pareça inexoravelmente mentiroso, desvalorizado e desnaturado em relação ao ideal da verdade.

Contudo, repete-nos Bruno Latour, se não exigimos nem mesmo que a ciência nos diga a verdade diretamente, sem os termos técnicos que a constituem, porque deveríamos pretender que o faça o discurso político, prescindindo dos suportes, das técnicas e dos artifícios que lhe são próprios e necessários? Pedir à comunicação política que seja um fiel reflexo especular das coisas, ou pedir aos representantes políticos que reflitam especularmente uma imagem exata dos seus eleitores significa ignorar a função dessa palavra, que não é a de reproduzir uma forma de verdade referencial ou idealista, mas sim a de criar e recriar constantemente um tipo particular de coletividade: a sociedade, a comunidade, a coisa pública em seu fazer-se, desfazer-se e refazer-se constante. A palavra política será mais ou menos verdadeira de acordo com quem respeite ou não essa tarefa.

Nesse sentido, e distante da caricatura que se fez da leitura de *O príncipe*, de Maquiavel, reduzido à ideia de que os fins justificam os meios, não há dúvidas de que a sua lição – a partir da qual os meios e os fins fazem parte da mesma função – seja um argumento absolutamente atual contra quem defende uma política sem mediação. Como é possível pedir o debate democrático sem a discussão, sem a divergência e, enfim, sem o compromisso que logicamente o acompanham?

Mas, sendo minha intenção escrever coisa útil a que a entende, me pareceu mais conveniente ir atrás da verdade efetiva da coisa, ao invés de ir atrás da imaginação dessa. E muitos se imaginaram repúblicas e principados, que não foram jamais vistos ou conhecidos como tais. (Machiaveli: 2006, p. 215)

Pretender o contrário, significa considerar a discussão democrática e a comunicação política como algo que ocorra entre pessoas impecáveis, que dizem de

maneira exata aquilo que falam, cuja fala corresponda às suas reais intenções, e, além disso, que sejam compreendidas perfeitamente pelos seus interlocutores, encarnando o ideal do orador político, assim como imaginado por alguns pragmáticos da interação comunicativa. E, naturalmente, a comunicação política, seja a dos representantes, com suas indecisões, mudanças de opinião e tratativas, seja a dos seus representados, com suas múltiplas exigências também contraditórias e divergentes, com sua heterogeneidade e sua irrealidade, será considerada uma substituta da grande comunicação verdadeira e fiel, transparente e ideal.

Interessante é, então, o fato de que a crise de fidelidade não é unidirecional; não vai somente dos eleitores aos seus representantes, mas também na direção oposta. Todos se lamentam do fato de que a própria comunicação não seja reproduzida fielmente: o representado pretende que o seu representante reproduza fielmente as suas opiniões, as suas ideias (“não o elegemos para isso!”, ouve-se dizer frequentemente), de sua parte, o representante se lamenta de que a sua palavra não seja compreendida, de que a sua ação não seja bem interpretada ou que seja entendida como mal executada, e isso acontece como se os grupos sociais pudessem, se assim o quisessem, reproduzir o pensamento através da comunicação política, como sustenta Latour.³

Ora, o desejo de transparência, de acesso à verdade sem restrições, sem obstáculos, por via direta, significa aspirar à possibilidade de enunciados sem as condições de produção, sem enunciação, isto é, significa pretender a palavra sem os sujeitos que a enunciam e sem as diversas modalizações que os caracterizam. Pois bem, a linguística e a semiótica nos ensinam que todo enunciado é resultado de um ato de enunciação que carrega em si os signos de tal ato, os estigmas da presença de um sujeito, de suas condições e de suas competências reais, como desejos, dúvidas, capacidades, conhecimentos, etc. A enunciação introduz o sujeito enunciante no discurso e, portanto, a pergunta a ser colocada não é se esse discurso reflete fielmente uma ideia ou uma vontade política oculta, mas sim entender em nome de quem o sujeito está falando: não se trata de apurar se a palavra respeita ou não a reprodução mimética, inerente à ideia de transparência, entre aquele que fala (o representante) e aquele em cujo nome, hipoteticamente, se está falando (o representado). Trata-se, realmente, de dar conta desse regime particular de enunciação política que é a “delegação”, e dar conta das formas em que essa acontece, e isso, naturalmente, não pode depender de nenhum tipo de mimese, fidelidade ou transparência, porque, desse modo, não se trataria mais de um caso de delegação ou de representação.

Por esse motivo, as tentativas de criar uma situação similar e um tipo de comunicação política, em que se pretenda o desaparecimento das marcas da enunciação e em que os representantes se apresentem como espelho dos seus representados, resultam, afinal, bizarras, e suscitam, frequentemente, mais suspeitas do que garantias, como veremos no exemplo de que falarei mais adiante e como vimos anteriormente, com a imagem do deputado francês, que, ao invés de provocar o efeito de transparência e identificação esperado, acabou suscitando zombaria, desconfiança e comentários do tipo: “mas quem você pensa que engana?”.

A coisa interessante é que essa desconfiança se produz, também e, sobretudo,

³Latour, op. cit.

entre os irredutíveis defensores da transparência, justamente porque sabem perfeitamente que todo enunciado é o resultado de uma enunciação e que aqueles enunciados que removem o sujeito da enunciação, como se esse não existisse – ato que em linguística chamamos de *embrayage* [embreagem], ou seja, a dissimulação do sujeito da enunciação – não são nada além de estratégias para criar a pretensa objetivação do enunciado, produzindo um efeito de referencialidade, onde as coisas parecem falar por si mesmas.

Assim, a imagem em questão pode ser vista e interpretada como o máximo da fraude e da manipulação, como a maldade hipócrita que se esconde sob a máscara da verdade e da autenticidade, como o máximo engano em que justamente a verdade é cinicamente utilizada em uma rede de enganos, e, portanto, como um enunciado que pretende dizer a pura verdade, ignorando e escondendo as suas condições de enunciação.

Uma verdade isolada, e que não indica o sistema semiótico em que se insere, suscita, logicamente, mais suspeitas em relação à ambiguidade, aos duplos sentidos e aos expedientes de comunicação política, visto que estes dizem as suas condições de produção. A sinceridade da fotografia do deputado francês Laurent Wauquiez e de sua mulher, com a casa e a sua vida de cidadãos de província, tal qual todo bom e honesto francês, é vista como sinal de falsa modéstia, de ostentação do nada a esconder, que acaba por ser considerada uma mera operação de imagem ainda mais falsa.

É o caso de se perguntar, portanto, se o discurso demagógico não vem a ser precisamente isto: a verdade como mentira, a transparência do enunciado que esconde as próprias condições de enunciação. É evidente que os valores de verdade ou falsidade devem ser integrados com outros sistemas de valores.

A verdade pode ser nefasta (a delação que leva à prisão de um resistente político): a fraude é a arte de enganar dizendo a verdade; uma transparência “sem justiça é uma hipocrisia, uma verdade sem generosidade ou discrição é uma mentira; uma virtude atomizada, isolada de todo o mundo moral, é um vício” (Jankélévitch, 1980, p. 87).

A questão, portanto, não concerne unicamente ao valor de verdade, mas ao problema do valor do “valor verdade”. Uma verdade, da qual não conhecemos a posição dentro de um sistema de valores mais geral (por exemplo, no sistema da comunicação política, os diversos parâmetros e categorias podem entrar em conflito, estar em contradição ou serem complementares), não é por si só virtuosa. Omitindo o fato de que os valores axiológicos (como os valores de verdade e falsidade) se colocam dentro de um sistema mais amplo e de que todos os grandes sistemas de valores – pragmáticos, estéticos, éticos, etc. – fazem parte de uma vasta semiosfera cultural e política, é impossível decidir qual o valor desse valor: o valor deve também ser definido por sua posição na rede de relações, por sua “valência” para intensidade (*quanto? com quanta intensidade sou apegado a esse valor de transparência?*) ou para extensidade (*até onde deve chegar a transparência? Qual é o seu âmbito de intervenção? até que nível, além da superfície da linguagem, deve ser verificada?*). Do mesmo modo que, no âmbito científico, a verdade é o resultado de procedimentos e de técnicas de pesquisa e observação, e assim como todo enunciado científico deve explicitamente incluir as suas condições de

produção, também a comunicação política não pode prescindir das condições do percurso de acesso à realidade que está realizando, o qual, nesse caso, é entendido pela semiótica como um percurso através de diferentes modalidades cognitivas, já que a verdade não é o resultado da relação ontológica entre um referente (as coisas) e a linguagem (o seu espelho).

Em semiótica, o problema do saber, independentemente das condições técnicas e das modalidades pragmáticas em que esse se dá, é considerado como um percurso modal que vai das modalidades aléticas às modalidades veridictórias. O saber é uma modalidade do sujeito, e fala-se de modalidades “aléticas” quando o objeto de conhecimento é “necessário”, “impossível” e assim por diante; de modalidades epistêmicas, fala-se quando algo é considerado “certo”, “incerto” etc., e de modalidades veridictórias, somente se fala ao final do percurso, quando o saber é submetido a uma avaliação contraditória entre sujeitos, e, só nessas condições, diz-se que algo é “verdade”, “falsidade” e “mentira”, etc.

As aparências normais: uma previsibilidade tranquilizante?

Um exemplo perfeito da possibilidade de acesso a uma realidade através de uma via direta, sem mediação, fora dos meandros da comunicação política, foi a estratégia da “normalidade” adotada por François Hollande, candidato às eleições presidenciais na França, em 2012. A normalidade, exibida e utilizada por Hollande como estratégia de comunicação, não foi nada além do que tematização da transparência através de uma operação de “impessoalização” (Hollande se apresentava como um homem normal, igual a qualquer outro cidadão, um homem “banal”, um “Senhor Ninguém”), em uma espécie de desaparecimento do próprio sujeito da enunciação.

Em contraposição ao clamor explosivo e extraordinário, traço estilístico de Nicolas Sarkozy, François Hollande propunha, ao contrário, uma banalização tranquilizadora, através de um exercício de “cotidianização” da política. Diante da estratégia do evento contínuo, do movimento perpétuo, da aceleração que arrisca a *insensatez* (Landowski, 2006), a normalidade mimética e transparente de Hollande se impunha como um modo de agir “ordenado” e previsível.

Com a ideia de normalidade, François Hollande pretendia tecer uma espécie de *elogio do insípido* contra o *excesso de sabor* de Nicolas Sarkozy. E, por outro lado, essa imagem de “homem normal” lhe permitia “ser confundido” com a coletividade e não diferir do resto dos cidadãos. A normalidade ou “as aparências normais”, segundo a expressão de Erving Goffman (1971), são aquilo que nos permite ir adiante, na vida de todos os dias, sem que seja necessário preocupar-se, visto que tudo o que acontece é claro e, portanto, não esconde nada de inquietante. A normalidade, por isso, permite que nos ocupemos de nossos assuntos, sem sermos obrigados, o tempo todo, a estar alertas e de prontidão. A normalidade é aquilo que não exige uma constante e viva atenção, é aquilo em relação a que uma olhada distraída, de tempos em tempos, é suficiente e não demanda constantemente o nosso empenho.

Para cada pessoa e, em geral, para toda a sociedade, a normalidade nas

atitudes, nas ações ou nas palavras, é sinônimo de tranquilidade e de estabilidade: é isso que permite viver tranquilamente aquilo a que podemos ser indiferentes, porque não constitui nem uma grande ajuda nem um grande obstáculo para os nossos interesses. E isso justamente por conta de sua evidência, porque não tem nenhum elemento escondido, nenhuma surpresa.

E, portanto, a normalidade do candidato socialista à presidência da França, em sua faceta positiva, foi tomada como garantia de previsibilidade de seu comportamento. A normalidade como virtude é sinônimo de confiança porque oferece a possibilidade de prever, e essa é condição da segurança cognitiva, física e sentimental. A normalidade, em sua natureza de “lugar comum”, é aquilo que não necessita de nenhuma explicação ou esclarecimento, que funciona como uma espécie de garantia, visto que quem se apresenta aos outros como uma pessoa normal está dizendo que não tem nada a esconder e que é “realmente assim”.

Contudo, se a normalidade se apresenta como o grau zero da atenção, pode existir um excesso de normalidade? É possível uma normalidade “excessivamente normal”? Dito de outro modo, pode existir um excesso de normalidade, de mimetismo e de transparência? E quais seriam as manifestações e as consequências para a comunicação social e política?

Trata-se do problema que Goffman levantava ao referir-se ao alarme criado não pelo excesso de sinais inquietantes, mas por sua ausência. A inexistência de sinais anômalos e a tranquilidade excessivamente manifestada e ostentada podem ser interpretadas como alarmantes e suspeitas. Esse paradoxo, que Goffman chama de “supradeterminação da normalidade”, depende da dimensão modal veridictória, já que o excesso de aparências normais é julgado como disfarce de uma realidade diversa que se quer esconder, e, por isso, particularmente alarmante, visto que não se quer vê-la tornar-se pública, como bem ensinam os filmes policiais e de espionagem: quando as coisas são demasiado normais, é necessário começar a se preocupar, pois, sob as aparências tranquilas e diáfanas, escondem-se ameaças tão perigosas que se é constrangido a camuflá-las.

A normalidade excessiva, a ostentação do não há nada a esconder e a transparência “exibicionista” são todas elementos que fazem nascer a suspeita em relação àquilo que é mostrado, de modo não tão claro assim como se gostaria de fazer acreditar que fosse, e levam à dúvida acerca da sinceridade e da bondade daquele que se apresenta de tal modo; e foi isso, precisamente, o que ocorreu com a fotografia do político francês que vimos anteriormente.

O paradoxo das aparências normais e da política da exibição e da transparência consiste no fato de que podem ser acolhidas como suspeitas, como indícios de uma manipulação voluntária. Ou melhor, a total ausência de evidências pode ser interpretada como a evidência mais ostentadora: é o caso, por exemplo, da falsa modéstia, que não faz nada além de evidenciar o orgulho desmedido daquele que se apresenta com humildade. A ausência de evidências é a verdadeira evidência: “pouco importa – dirá o líder da direita francesa e antigo ministro François Fillon – saber se François Hollande se desloca de carro ou de ônibus, o que isso faz é mostrar uma falsa simplicidade”.

A normalidade e a presumida transparência se convertem, nesse caso, em uma espécie de “interpretação”, de teatralização, e revelam a falsidade de uma postura,

a impostura do gesto. Frequentemente é difícil distinguir entre a atitude de um homem normal que não tem nada a esconder e a de alguém cujo comportamento não é nada além de “aparência”, um simples “papel” teatral. E, se anormalidade e a transparência não são nada mais do que um simples indício, serão interpretadas como o resultado de uma operação de simulação e dissimulação.

Esse é o risco da transparência, aquele de que seja vista como uma simples estratégia que não quer dizer seu nome, como uma nova forma, ainda que sofisticada, de manipulação. Mais adiante, poderá ser interpretada também como um verdadeiro sinal de alarme que se está escondendo de algo inquietante e torpe. A transparência e a normalidade são percebidas como máscaras que escondem algo de inconfessável, mas também a camuflagem e o mimetismo, em todo caso, e ao contrário do que é sustentado, são considerados algo bem pouco tranquilizante.

A estratégia da normalidade e da transparência se revela, em grande medida, como sendo a causa de um novo tipo de suspeita: François Hollande suscitará mais vezes ainda a suspeita de que “esteja tramando algo”, e sua normalidade e sua transparência serão, para muitos, mais inquietantes do que o comportamento de um homem político que reconheça que a política é feita de complexidades e acordos ambíguos, e, até mesmo, não necessariamente cristalinos. Para concluir, podemos afirmar que, frequentemente, a transparência, como discurso que nega a própria posição enunciativa, e a normalidade, enquanto modalidade de comunicação e ação política, não são necessariamente garantias de aumento de fidelidade recíproca entre os representantes e seus representados. ●

Referências

- BARTHES, Roland. « L'effet de réel », *Communications*, n° 11, 1968.
- GOFFMAN, Erving. *Relations in public: microstudies of the public order*. New York: Basic Books, 1971.
- JANKÉLÉVITCH, Vladimir. *Le Je-ne-sais-quoi et le Presque-rien*. Paris: Seuil, 1980.
- LANDOWSKI, Eric. “Les interactions risquées”, *Nouveaux actes sémiotiques*, n° 101-103, 2006.
- LATOUR, Bruno. *Enquête sur les modes d'existence. Une anthropologie des Modernes*. Paris, La Découverte, 2012
- MACHIAVELLI, Nicolau. *Il Principe*. Trad. M. Martelli, Edizione nazionale delle opere di N. Machiavelli, seção I, Volume I. Roma: Salerno editora, 2006.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Œuvres complètes, III*. Paris: Bibliothèque de la Pléiade, 1964.
- STAROBINSKI, Jean. *Jean Jacques Rousseau, la transparence et l'obstacle*. Paris: PLON, 1971.

Dados para indexação em língua estrangeira

Alonso Aldama, Juan

Transparencies can be deceptive

Estudos Semióticos, Special issue “Political discourse in the contemporaneity: theoretical and analytical challenges”

vol. 15, n. 1 (2019)

ISSN 1980-4016

Abstract: *Mistrust threatens political speech and action. However, only language, and, hence, the “appearances” can reveal the truth as we merely know the world through them. There is no other possible access to reality and truth, either social or natural, than what the natural or built world offers to the perception of our senses and on which we build its own “meaning”. In the face of the persistent mistrust of outward appearances and, therefore, of language - a semiotic suspicion based on the idea which language is nothing more than a veil whose function is not to say or make the world known, and yet a filter (almost a spell) which prevents us from “feeling” the exact reality of things and to defend a political word “transparent” and “immediate” - this article proposes to analyse the enunciative conflicts of the construction of political discourse as semiotic “mediation”.*

Keywords: *transparency; appearance; truth; political discourse; semiotics.*

Como citar este artigo

Alonso Aldama, Juan. As transparências enganam. *Estudos Semióticos* [on-line]. Dossiê temático “Discursos políticos na contemporaneidade: desafios teóricos e analíticos”. Volume 15, n. 1. Editores convidados: Oriana N. Fulaneti e Alexandre Marcelo Bueno. São Paulo, agosto de 2019, p. 152-161. Disponível em: { www.revistas.usp.br/esse }. Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento: 10/02/2019

Data de aprovação: 26/03/2019
